

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MILLAINÉ DE SOUZA CARVALHO

**PORTA-VOZES DA ESQUERDA EM EDITORIAIS SOBRE O
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ESTUDO DISCURSIVO DA
DIFERENCIAÇÃO ENTRE LÍDER E POVO**

Jaguarão

2017

MILLAINÉ DE SOUZA CARVALHO

**PORTA-VOZES DA ESQUERDA EM EDITORIAIS SOBRE O
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ESTUDO DISCURSIVO DA
DIFERENCIAÇÃO ENTRE LÍDER E POVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal do Pampa, Câmpus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Silveira da Silva.

Jaguarão

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C331p Carvalho, Millaine de Souza
PORTA-VOZES DA ESQUERDA EM EDITORIAIS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ESTUDO DISCURSIVO DA DIFERENCIAÇÃO ENTRE LÍDER E POVO / Millaine de Souza Carvalho.
32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2017.
"Orientação: Renata Silveira da Silva".

1. Análise de Discurso. 2. Editorial. 3. Porta-Voz. 4. Aspeamento. 5. Diferenciação. I. Título.

MILLAINE DE SOUZA CARVALHO

**PORTA-VOZES DA ESQUERDA EM EDITORIAIS SOBRE O
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ESTUDO DISCURSIVO DA
DIFERENCIAÇÃO ENTRE LÍDER E POVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Letras Português/
Espanhol da Universidade Federal do Pampa,
Câmpus Jaguarão, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01 de fevereiro de 2017
Banca examinadora:

Renata S. da Silva

Profa. Dra. Renata Silveira da Silva
Orientadora
UNIPAMPA

Vanessa Fonseca Barbosa

Profa. Ma. Vanessa Fonseca Barbosa
UCPEL

Nathalia Madeira Araujo

Profa. Ma. Nathalia Madeira Araujo
UCPEL

Às minhas mães, Gislaine e Estela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À CAPES e à SESu/MEC pelas bolsas concedidas;

À Profa. Renata, pela orientação dedicada e carinhosa, por me permitir trabalhar ao seu lado durante cinco anos; seus ensinamentos me foram de grande valia ao longo da graduação; lhe admiro muito;

À Profa. Vanessa por ter me ensinado a olhar para a tessitura textual a partir da ótica da revisão; seus ensinamentos resignificaram-me enquanto leitora e autora;

À Profa. Leonor pelo modo como conduziu a disciplina de TCC e por todos os conhecimentos adquiridos em Morfossintaxe II e III; me és um exemplo de boa professora;

À Profa. Geice por não me permitir desistir do sonho do intercâmbio;

Às Professoras Nathalia e Vanessa por aceitaram integrar a banca de avaliação deste TCC;

À minha mãe, à tei, ao tio Natal e à minha irmã Gisiane por sempre se mostrarem preocupados comigo, por entenderem minhas ausências, pelo respaldo emocional durante a escrita de cada trabalho universitário, a cada nova experiência acadêmica; sem o apoio de vocês, a chegada ao final da graduação não seria possível;

Ao Acyr pelo convívio cordial nos conturbados cinco anos de UNIPAMPA, por ser compreensivo com minhas faltas; teu companheirismo durante as longas horas de estudo foram incessantes demonstrações de carinho;

Ao amigo de longa data, Santiago, companheiro de estudos e de mate, por toda a ajuda e apoio recebidos nestes seis anos de amizade; que bom que você existe!

À querida amiga Virgínia pelo carinho recebido; teu companheirismo ao longo da graduação me foi muito importante;

À ex-colega de PET Letras, Nathalia, por todas as aprendizagens adquiridas sobre a AD;

Ao Santiago e a Virgínia pela dedicada e cuidadosa revisão do trabalho;

Às colegas Cristiane, Samantha e Soledad pelo companheirismo e amizade durante a graduação.

Muito obrigada!

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise de Discurso

ED1 – Editorial Número 1

ED2 – Editorial Número 2

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

FIIm – Formação Imaginária

SDR – Sequência Discursiva de Referência

RESUMO

Em uma sociedade na qual os sentidos são, muitas vezes, mediados pelos meios de comunicação, é necessário refletir sobre o poder de persuasão da mídia frente à construção da opinião pública. Em regimes políticos democráticos, os governantes são, pois, os porta-vozes dessa opinião. Um porta-voz constitui-se através de processos discursivos de identificação e diferenciação com o povo (ZOPPI-FONTANA, 1997). Neste trabalho, se objetiva compreender, com base na Análise de Discurso de tradição pecheuxtiana, como se instaura o efeito de deslegitimação da figura enunciativa de porta-vozes da política de esquerda brasileira a partir de dois editoriais publicados no jornal *O Globo* durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Nos editoriais *Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT* e *A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo*, atentou-se ao aspeamento enquanto estratégia discursiva que promove a diferenciação entre lideranças políticas (representantes) e povo (representados). Assim, buscou-se a identificação dos possíveis efeitos de sentido decorrentes do uso das aspas nas materialidades que compõem o *corpus*. A partir do gesto de interpretação realizado, entendeu-se como a mídia, através da Formação Discursiva a qual se filia, institui processos discursivos que estabelecem a relação representantes/representados sob a lógica da diferença.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Editorial; Porta-voz; Aspeamento; Diferenciação.

RESUMEN

En una sociedad en la cual los sentidos son, muchas veces, mediados por los medios de comunicación, es necesario reflexionar sobre el poder de persuasión de los medios frente a la construcción de la opinión pública. En regímenes políticos democráticos, los gobernantes son, por lo tanto, los porta-vozes de esa opinión. Un porta-voz se constituye a través de procesos discursivos de identificación y diferenciación con el pueblo (ZOPPI-FONTANA, 1997). En este trabajo, se objetiva comprender, con base en el Análisis de Discurso de tradición pecheuxiana, como se instaura el efecto de deslegitimación de la figura enunciativa de porta-vozes de la política de izquierda brasileira a partir de dos editoriales publicados en el periódico *O Globo* durante el proceso de *impeachment* de Dilma Rousseff. En los editoriales *Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT* y *A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo*, se atentó al empleo de comillas en cuanto estrategia discursiva que promueve la diferenciación entre líderes políticos (representantes) y pueblo (representados). Así, se buscó la identificación de los posibles efectos de sentido decurrentes del uso de comillas en las materialidades que componen el *corpus*. A partir del gesto de interpretación realizado, se entendió como los medios, a través de la Formación Discursiva a la cual se filia, instituye procesos discursivos que establecen la relación representantes/representados bajo la lógica de la diferencia.

Palabras clave: Análisis de Discurso; Editorial; Porta-voz; Empleo de Comillas; Diferenciación.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS	10
1 UMA DISCIPLINA DE ENTREMEIO	12
1.1 A FIGURA DO PORTA-VOZ.....	15
2 A MÍDIA SOBRE O POLÍTICO	19
2.1 O EDITORIAL E O JORNAL <i>O GLOBO</i>	21
3 UM IMAGINÁRIO DE PORTA-VOZ	22
UM EFEITO DE FECHAMENTO	30
REFERÊNCIAS	32

CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS

Em 31 de agosto de 2016, o Senado votou a favor do afastamento de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil, sob a alegação de que ela cometera Crime de Responsabilidade Fiscal. Os seis meses do processo de *impeachment* estiveram em voga na imprensa nacional. Uma vez que é costumaz dizer que vivemos em uma sociedade na qual os sentidos são mediados pelos meios de comunicação de massa, é necessário refletir sobre o poder de persuasão das mídias sobre a opinião pública.

Os políticos são os porta-vozes da opinião pública (ZOPPI-FONTANA, 1997), o que os faz mediadores entre o grupo que representam e o poder ou adversário. A partir de processos discursivos de identificação, porta-voz e população são postos sob a ordem do mesmo. Em Análise do Discurso, diferentes são os trabalhos que pensam a construção discursiva da figura do porta-voz a partir da instauração desses processos de identificação. Contudo, à diferença deles, objetivamos compreender, à luz da Análise de Discurso pecheuxtiana, como se instaura o efeito de deslegitimação da figura de porta-vozes da política de esquerda brasileira; para tal, atentaremos às estratégias discursivas que promovem a diferenciação entre lideranças políticas (representantes) e povo (representados).

O *corpus* eleito por nós para ser analisado compõe editoriais do *O Globo* publicados durante o processo de *impeachment* da presidenta afastada. Operamos um recorte e decidimos por atentar a dois editoriais publicados em março de 2016, mês marcado por manifestações pró e contra o impedimento da então presidenta do país. Selecionamos o editorial divulgado em 15 de março de 2016, intitulado *Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT*; e o editorial publicado em 30 de março do mesmo ano, nomeado *A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo*.

Em ambos os editoriais, notamos a recorrência do uso de aspeamento. O primeiro texto foi escolhido por este ter sido publicado dois dias após manifestantes saírem às ruas em diferentes cidades brasileiras em protesto contra a corrupção e, segundo *O Globo*, também, contra Dilma, Lula e PT. O segundo editorial, além de apresentar tal marca linguística, foi selecionado para análise por ter sido divulgado um dia antes de ocorrerem manifestações em defesa de Dilma Rousseff. Os editoriais em análise tematizam esses movimentos sociais e são observados enquanto materialidade de discursos midiáticos que operam sentidos de diferenciação entre porta-vozes da esquerda do Brasil e a população do país.

A partir de um gênero eminentemente opinativo, observaremos a figura enunciativa do porta-voz no cenário contemporâneo da política brasileira. Para notarmos como que processos

discursivos fazem com que a diferenciação entre porta-vozes e representados se sobreponha à identificação desses sujeitos, escolhemos como marca linguístico-discursiva o aspeamento. Assim, nas materialidades em análise, buscaremos desuperficializar os possíveis efeitos de sentido oriundos do uso de aspas nos editoriais que compõem nosso *corpora*.

Com vistas ao acima exposto, organizamos nossa pesquisa em três seções, somadas a estas considerações primeiras e ao efeito de fechamento do trabalho. Distinguem-se: *1 Princípios teóricos*, subdividida em *1.1 Uma disciplina de entremeio* e *1.2 A figura do porta-voz*; *2 A mídia sobre o político*, subdividida em *2.1 O editorial e o jornal O Globo*; e, *3 O imaginário de porta-voz em O Globo*.

1 UMA DISCIPLINA DE ENTREMEIO

Constitui-se, na década de 60, a Análise de Discurso de tradição pecheuxtiana. Disciplina de entremeio, a AD formou-se a partir da reterritorialização de conceitos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Pêcheux pergunta à Linguística de Saussure pela historicidade; o filósofo interroga a teoria marxista pelo simbólico no trabalho com a ideologia. E agrega a esses deslocamentos o conceito de sujeito oriundo da Psicanálise. Assim,

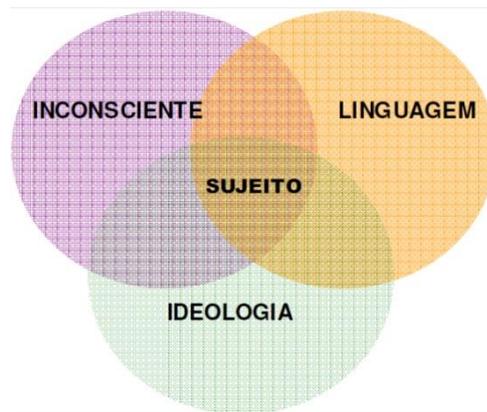
os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística (ORLANDI, 2013, p. 16).

Na AD, como o próprio nome sugere, versa-se sobre o discurso, pensado em sua dimensão ideológica e simbólica. O discurso adquire existência material na língua, que não é compreendida enquanto um sistema abstrato de signos, mas como o que permite aos sujeitos mobilizar sentidos, os quais sempre são determinados historicamente.

O discurso, objeto de estudo dessa teoria, é entendido como *efeito de sentido entre interlocutores*, uma vez que interessa à AD a multiplicidade de sentidos, não apenas a informação transmitida, tal como prevista no esquema comunicacional de Jakobson. Esta forma material linguístico-histórica é realizada por um sujeito discursivo constituído na relação com o simbólico, e que funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2013).

Essa noção de sujeito constrói-se na interface entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Por influência do Materialismo, o sujeito é interpelado, assujeitado ideologicamente, produto de determinações (FERREIRA, 2010). Pelo viés da Psicanálise, o sujeito discursivo é, também, descentrado, dotado de inconsciente. Para entendermos melhor o lugar do sujeito nesse entrelaçamento, o representaremos, assim como Ferreira (2010), a partir do *nó borromeano*.

Figura 1



Fonte: Ferreira (2010, p. 24)

Esta figura é constituída de três anéis. Interdependentes, o inconsciente, a linguagem e a ideologia, não necessariamente nessa ordem, simbolizam uma tríplice aliança. O sujeito, afetado por essas três noções, constrói-se nesse entremeio. Contudo, enquanto *ser-em-falta*, deixa, em cada forma, um *furo*: “o *furo* da *linguagem*, representado pelo equívoco; o *furo* da *ideologia*, expresso pela contradição, e o *furo* do *inconsciente*, trabalhado na psicanálise” (FERREIRA, 2010, p. 24, grifos da autora).

A AD busca compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, como as interpretações funcionam (ORLANDI, 2013). No gesto de interpretação, o analista de discurso precisa mobilizar um dispositivo teórico da AD para constituir o *corpus*. É no movimento de vai-e-vem entre teoria e objeto de estudo que se constrói o dispositivo analítico. A seguir, explicitaremos alguns conceitos da AD caros à análise da materialidade linguística selecionada: dois editoriais do jornal *O Globo*.

Refletir sobre os processos de significação do dizer requer atentar aos elementos extralinguísticos (assim como os interiores à língua) que constituem as materialidades: condições de produção amplas (sócio-históricas, ideológicas) e condições de produção imediatas (quem, quando, onde, como). Relacionado ao contexto amplo, está o fato de a discursividade ser determinada pelo interdiscurso (‘já-dito’), que possibilita/disponibiliza dizeres no ‘fio do discurso’.

O interdiscurso, de acordo com Orlandi, “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (2013, p. 33). Dito de outro modo, os ‘já-ditos’ enunciados por outros sujeitos em diversas condições de produção operam efeitos sobre a atualidade. Dessarte, na AD, todo dizer encontra-se no entremeio da memória (interdiscurso)

e da atualidade (intradiscurso). Sendo assim, no processo interpretativo, é necessário observar a formulação, o interior da textualidade, o dizível (intradiscurso) em relação com o ‘já-dito’ (interdiscurso).

A memória discursiva (interdiscurso)¹ determina materialmente as possibilidades de dizeres em uma situação enunciativa dada. Embora esses dizeres historicizados formem o tecido do ‘dizível’, o deslocamento da memória, afetada pelo esquecimento, permite a reformulação dos dizeres.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (2009), diferencia dois tipos de esquecimentos. Segundo a interpretação do postulado freudiano na qual se apoia Pêcheux (2009), no interior do sujeito, há o “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”. O *esquecimento n.º. 2* é do nível do semi-consciente e produz no sujeito a ilusão de ter selecionado as melhores formas e sequências para enunciar; entretanto, os dizeres deixados à margem recordam que a enunciação sempre poderia ser outra. Na instância do inconsciente, temos o *esquecimento n.º. 1*, o qual é resultado do modo como somos afetados pela ideologia. A partir dele, o sujeito-falante acredita ser a origem do dizer, mas enuncia a partir de já-ditos.

Esses dois esquecimentos fazem emergir um conceito caro à AD, e basilar para atentarmos, mais adiante, às formas de diferenciação entre o porta-voz e os representados: o conceito de Formação Discursiva (FD). De acordo com Pêcheux, uma FD é o “espaço de reformulação-paráfrase em que se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’” (2009, p. 161). Os enunciados são ‘selecionados’ pelo sujeito-falante no interior da FD que o domina e, inconscientemente, acredita ele poder estar externo a essa FD, quando a exterioridade é que determina a FD em questão.

Na ação contínua de buscarmos compreender como a ideologia significa em uma materialidade linguística, é necessário entender que uma FD manifesta, no discurso, uma Formação Ideológica (FI), caracterizada por Pêcheux como

um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. (2009, p.).

Em virtude disso, uma FD, a partir de uma formação ideológica dada, determina o que pode, ou não, ser dito. Ou seja, o sentido das palavras, expressões, proposições, tal como

¹ Alguns autores, como Indursky e Cazarin, estabelecem diferença entre os conceitos de memória e interdiscurso. Neste trabalho, não operamos essa distinção, à semelhança de Orlandi (2013).

afirma Pêcheux (2009), é determinado pelas posições ideológicas assumidas pelo sujeito. Vale dizer que por intermédio do esquecimento nº. 2, o sujeito esquece dessa determinação exterior e enuncia com ilusão de autonomia, que lhe é constitutiva. Na análise do *corpus*, será possível perceber como os discursos sobre o *golpe*, atravessados por diferentes FI, inscrevem-se em diferentes FD.

Uma vez que, na AD, a linguagem é compreendida na sua relação com a exterioridade, importa mencionar os mecanismos de funcionamento discursivo, os quais compõem as chamadas Formações Imaginárias (FIIm). As FIIm funcionam a partir de relações de força, de relações de sentidos e, do mecanismo de antecipação. Para entendermos esse conceito, primeiramente devemos compreender o funcionamento do mecanismo de antecipação.

Segundo Orlandi (2013), todo sujeito é capaz de colocar-se no lugar de seu interlocutor, de modo a antecipar possíveis sentidos evocados por seu discurso. As relações de força dizem respeito ao imaginário que o sujeito tem de si mesmo, de seu lugar de fala e do lugar de fala de seu interlocutor, bem como acerca do assunto abarcado. A noção de relações de sentido coloca em evidência que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2013, p. 39), assim, um discurso sempre aponta para outros nos quais se apoiam, bem como para discursos futuros (ORLANDI, 2013, p. 39).

Na seção que segue, discorreremos sobre a figura enunciativa do porta-voz, noção a partir da qual compreenderemos o processo discursivo de diferenciação entre lideranças políticas e representados.

1.1 A FIGURA DO PORTA-VOZ

A noção de porta-voz, basilar para esta proposta de pesquisa, será apresentada a seguir com base em Zoppi-Fontana (1997), cuja tese dedica-se a pensar o discurso de Raúl Alfonsín, ex-presidente da Argentina. A autora investiga a figura enunciativa do porta-voz, considerando os processos de legitimação do discurso alfonsionista durante o processo de transição entre governo militar e democrático.

No presente trabalho, atentaremos a estratégias discursivas produzidas pelo discurso midiático que promovem um processo discursivo de diferenciação entre lideranças políticas e sujeitos representados por essas lideranças. Logo, à diferença da autora, objetivamos compreender como se instaura o efeito de deslegitimação da figura de porta-vozes da política de esquerda brasileira.

Segundo Zoppi-Fontana (1997, p.20),

a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um *nós* em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (PÊCHEUX, 1982)² [grifo da autora].

Tal como expõe a autora, o porta-voz atua enquanto mediador entre o grupo que representa e o poder ou adversário. Assim, podemos ter duas direções: “povo → líder” ou “líder → povo”. Nesse sentido, os representados e os adversários “são enunciadores originários da palavra mediada” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 21).

Zoppi-Fontana (1997), a partir dessas ponderações, observa que nas campanhas eleitorais pós-ditadura na Argentina, os candidatos a porta-voz das demandas do povo se valem da primeira direção, expressando a inconformidade do grupo com o inimigo comum: o governo militar. Quando ocorre a posse, o candidato deixa de ser mediador dos reclames sociais e passa a ser um destinatário, pois não há um sujeito receptor das problemáticas nacionais.

A autora ainda observa outra mudança na função enunciativa da figura do porta-voz. No período pós-ditadura, especificamente, com o surgimento do “discurso sobre a modernização”, o povo deixa de ser o enunciador originário, não havendo mais identificação entre porta-vozes e representados. Conseqüentemente, no discurso em análise, em lugar de uma fala representativa do povo, o porta-voz enuncia para o povo: “líder → povo”. Há manutenção da ilusão de mediação, mas ocorre apenas “destinação” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 21).

A partir do exposto, a autora identifica a “dupla visibilidade” referida por Pêcheux:

ele [figura do porta-voz] é, ao mesmo tempo, ator visível e testemunha ocular do acontecimento. E como ator, participa conjuntamente das ações do grupo apenas se destacando como alvo privilegiado do olhar alheio; como testemunha, diferencia-se do grupo por um olhar reflexivo que lhe outorga um excedente de visão sobre a participação do grupo na produção do acontecimento. [...] esta tensão contraditória [...] constitui o porta-voz como o ponto de encontro de funcionamentos opostos: por um lado, processos discursivos de identificação, que reúnem porta-voz e representados sobre a ilusão do mesmo; por outro lado, processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa, definindo-o no espaço semântico do diferente. (1997, p. 21-22).

² Pêcheux, M. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. Trad. José H. N. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, 1982. p. 7-24.

Tais elementos corroboram para que se possa observar a figura enunciativa do porta-voz no cenário contemporâneo da política brasileira. Vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva elege-se como presidente da República no ano de 2002. Valendo-se de sua imagem de trabalhador, operário metalúrgico, sindicalista, fundador de importantes instâncias de representação da política de esquerda (PT e Central Única dos Trabalhadores), Lula busca, em sua candidatura, instaurar um processo discursivo de identificação com o povo.

Em sua candidatura, faz retornar à memória posições assumidas e que o legitimam como um futuro presidente, uma vez que sua biografia o revela ator e testemunha de acontecimentos político-sociais no âmbito do Brasil. Lula apresenta-se enquanto mediador entre a palavra do povo e os problemas sociais que assolam o país; dentre os inimigos comuns mais enfocados pelo líder estão a fome e a educação.

Não nos deteremos nas mudanças da figura enunciativa do porta-voz Lula durante seus oito anos de governo, posto que isso demandaria a elaboração de outra pesquisa. Importa ressaltar que a eleição de Dilma Rousseff, ex-ministra chefe da Casa Civil durante o governo Lula, à presidência em 2010, pautou-se na continuidade do plano de governo do ex-presidente e manutenção do projeto de renovação política anunciado pelo PT.

Em 2010, Dilma Rousseff é indicada como candidata à presidência pelo PT. A imagem de Dilma enquanto ativista, líder política foi acionada na tentativa de criar processos de identificação entre representante e representados. Outro processo de identificação pode ser contatado na legitimação de Dilma como porta-voz: a futura presidenta e o ex-presidente são da ordem do mesmo. Podemos representar a direção da palavra no discurso político brasileiro da seguinte forma: povo → líder₁ → líder₂, dada a construção de um imaginário de que os porta-vozes Lula e Dilma estariam vinculados à mesma FD.

Dois anos depois da reeleição de Dilma como presidenta do Brasil, o então Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB) autorizou, no dia 02 de dezembro de 2015, a abertura do processo de *impeachment* a governante. Sob alegação de que ela teria cometido crime de responsabilidade fiscal, a Câmara dos Deputados aprovou em plenária, no dia 17 de abril de 2016, o encaminhamento do processo de impedimento ao Senado. Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou definitivamente o afastamento de Dilma Rousseff.

Durante os oitos meses do processo, manifestantes contra e a favor do impedimento da então presidenta saíram às ruas em inúmeras cidades brasileiras. Enquanto uns diziam ser o processo constitucional, outros afirmavam ser este um golpe.

Em março de 2016, ocorreram mais frequentemente manifestações pró e contra Dilma Rousseff.

Os editoriais em análise tematizam esses movimentos sociais e são observados no presente estudo como a materialidade de discursos midiáticos que operam sentidos de diferenciação entre porta-vozes da esquerda brasileira e o povo, à contramão dos processos de identificação postos em funcionamento por Lula e Dilma durante suas campanhas eleitorais e mandatos presidenciais.

2 A MÍDIA SOBRE O POLÍTICO

Há décadas, intelectuais discorrem acerca dos meios de comunicação de massa enquanto instrumentos de manipulação. É sabido que a mídia exerce influência na sociedade, em especial no espaço político. Em virtude disso, ao longo dos anos, são notáveis as várias intervenções do espaço discursivo midiático na política do Brasil. Os próprios veículos de comunicação reconhecem isso, como a *Rede Globo*, que publicou um editorial³ no qual admite o apoio editorial do *O Globo* ao golpe militar de 1964 como um erro.

Não se nega a atuação da mídia em situações nas quais ocorram decisões políticas. Em um país como o Brasil, em que mais de 95% dos domicílios brasileiros têm televisão (IBGE, 2010), maioria deles somente com acesso à *Globo TV*, é baluarte reconhecer o papel do grupo *Globo* como fonte de ‘informação’ sobre a situação política brasileira. Essa mesma corporação é dona do jornal *O Globo*, nosso objeto de estudo, sobre o qual discorreremos em breve.

Devido ao fato de a diversidade midiática brasileira ser mínima, não nos surpreende o Brasil ocupar o 104º lugar no *Índice da Liberdade de Imprensa* (2016). Em 21 de abril de 2016, o jornalista David Miranda publicou um artigo no *The Guardian*, criticando os meios de comunicação brasileiros, em especial o grupo *Globo*. Isso posto, é essencial atentar ao papel desempenhado pelo *O Globo* como formador da opinião pública.

A opinião é um *fato de linguagem*. Embora acreditemos ter uma opinião pessoal, esta não é tão somente nossa. De acordo com Patrick Charaudeau (2016), as opiniões são construídas a partir do entrecruzamento entre aquilo que o indivíduo recebe e produz. Sobre opinião, o especialista afirma:

Uma opinião é um julgamento pessoal ou coletivo que um indivíduo faz sobre os seres ou os acontecimentos do mundo quanto ao seu valor, o que leva-o (sic) a tomar posição. Uma opinião não deve, pois, ser confundida com um saber sobre o mundo. [...] A opinião não é um conhecimento, é um ponto de vista a respeito de um saber. A opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, mas um ponto de vista sobre as verdades do mundo. A opinião é, pois, uma crença (2016, p. 33).

Assim, entendemos ser a opinião pertencente à subjetividade do sujeito enunciador. A opinião pública pauta-se na construção de uma identidade coletiva de um grupo social. As diferentes opiniões desses grupos compõem a heterogeneidade da opinião pública, a partir da qual “se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e

³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

de seu ordenamento político” (CHARAUDEAU, 2016, p. 37). A partir do exposto, podemos considerar que, em sistemas democráticos de governo, os políticos são os representantes da opinião pública, é dizer, porta-vozes do povo.

Ao discorrer sobre um acontecimento, a mídia pode “lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade” (MARIANI, 1998, p. 59). Em nosso corpus, a produção de sentidos nos editoriais se dá a partir do ponto de vista assumido pelo jornal, somado ao embate entre aqueles que dizem “basta” e aqueles que pronunciam “golpe”. Nas materialidades, a opinião do jornal se forma pondo em evidência certos sentidos e marginalizado outros, que não podem ser produzidos na FD a qual o veículo de comunicação se vincula.

O discurso jornalístico está na modalidade de *discurso sobre*. Segundo Bethania Mariani, “[o]s *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (1998, p. 60, grifos da autora). Por seu caráter intermediário, o *falar sobre* causa um efeito de distanciamento entre o sujeito enunciador e aquilo do que se fala.

O discurso jornalístico na forma de editorial funciona para além da modalidade de *discurso sobre*. No editorial, o jornal narra/descreve um acontecimento, formulando, de modo mais explícito, suas opiniões. Compreendemos, pois, que “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1998, p. 61).

No editorial *Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT*, veremos que o jornal busca resgatar a memória discursiva dos leitores quanto à extensão de tempo marcada pelo *‘basta’*. Um dia antes de ocorrerem manifestações em defesa do governo PT, foi publicado o editorial *A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo*. Neste, notamos a utilização do mecanismo de antecipação sobre *‘golpe’*, palavra, segundo o jornal, a ser enunciada por militantes de esquerda.

Assim, se entendemos que a mídia administra regimes de pensamento, além de passivar os cidadãos, como muito se diz, também é capaz de criar situações nas quais os sujeitos são ‘convidados’ a se posicionar perante um fato. É dizer, ao dar ampla publicidade a escândalos de corrupção envolvendo membros do PT, por exemplo, é capaz de acentuar a perda de confiança do povo na classe política e, de modo específico, em seus porta-vozes.

Pensar a mídia enquanto *prática discursiva* requer, segundo Gregolin (2007), atentar ao contexto de circulação dos enunciados, à forma material em que são produzidos os sentidos, bem como às articulações estabelecidas entre os enunciados, a história e a memória.

Assim, nos subcapítulos que seguem, discorreremos sobre o jornal *O Globo*; logo exporemos o modo relativamente estável do gênero editorial e, ao final, explanaremos acerca do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

2.1 O EDITORIAL E O JORNAL *O GLOBO*

Retomando o anteriormente exposto, sobre a formação de opinião pública, acreditamos ser o editorial materialidade propícia à análise do modo como a mídia interfere na compreensão de atualidades. Nesse gênero, o veículo de comunicação assume posição diante de um acontecimento ‘importante’ no cenário nacional e/ou internacional; dessa maneira, o editorial caracteriza-se por, geralmente, não ser assinado. Isso ocorre nas materialidades selecionadas para nossa pesquisa, publicadas da seção *Opinião* do *O Globo*.

Fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, *O Globo* é um dos jornais de maior tiragem do Brasil. Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ)⁴, *O Globo* manteve-se em segundo lugar no ranking da média de circulação (impresso e digital) dos maiores jornais brasileiros pagos. O jornal pertence ao *Grupo Globo*, detentor da maioria das mídias do país, entre elas: *TV Globo*, *Editora Globo*, *Infoglobo* e *Globo.com*.

Durante as manifestações de junho de 2013, ecoou nas ruas: “a verdade é dura, a Globo apoiou a Ditadura”. Em concomitância à circulação dessa frase, o *Grupo Globo* organizou seu acervo de 88 anos para divulgá-lo na internet. Face a esses acontecimentos, o jornal publicou o editorial *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*, uma vez que, de acordo com informações retiradas do texto, em discussões internas, o *Grupo Globo* reconheceu esse apoio como um equívoco.

Influenciado pelas inovações exigidas pelo ciberespaço, *O Globo*, além de disponibilizar seu acervo online, passou a oferecer assinatura digital do jornal. Ainda, conforma a ANJ, em 2015, a média de circulação digital do jornal foi de 118.143 leitores. Essas informações são reveladoras do alcance que *O Globo* tem a nível nacional.

⁴ Disponível em: <www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 08 jan. 2017.

3 O IMAGINÁRIO DE PORTA-VOZ EM *O GLOBO*

Diante dos conceitos apresentados, passaremos, neste capítulo, à análise discursiva. Como dissemos anteriormente, o dispositivo de análise da AD não está previamente construído, pois é elaborado em um movimento oscilante entre princípios teóricos e *corpus*.

Como gestos de interpretação, selecionamos Sequências Discursivas de Referência⁵ (SRD) dos editoriais *Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT* (Doravante ED1), publicado em 15 de março de 2016, e *A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo* (doravante ED2), de 30 de março do mesmo ano.

Importa ressaltar que, na AD, a exaustividade na análise de recortes discursivos se sobrepõe à quantidade. Também, vale dizer que a construção do dispositivo analítico se dá em virtude da proposta de pesquisa. Tendo em vista que objetivamos investigar os processos discursivos que fazem com que a diferenciação entre porta-vozes e representados se sobreponha à identificação desses sujeitos, escolhemos analisar o aspeamento.

A seguir, realizamos o processo de dessuperficialização dos textos, aqui entendidos como exemplares do discurso midiático em pauta. Para aceder ao discurso, relacionamos os editoriais à exterioridade e percebemos, nas marcas linguísticas referidas, indícios do processo de produção de sentidos.

Um ‘basta’ das ruas a Dilma, Lula e PT

Manifestações históricas forçam o andamento do calendário do impeachment, enquanto a economia se dissolve, sem perspectivas de mudanças

15/03/2016

Editorial O Globo

Em crises profundas e amplas como a atual, a evolução de suas vertentes política e econômica não costuma se dar na mesma velocidade. Neste domingo, impulsionados pelo maior conjunto de manifestações de rua da História do país, o calendário e o relógio da face política da crise apertaram o passo rumo a um desenlace.

⁵ De acordo com Courtine (apud ARAUJO, 2017, p. 21, no prelo), “as SDR podem ser compreendidas como sequências orais ou escritas de dimensão maior que a frase, representando cada recorte temático realizado no corpus podendo ser enumeradas para efeito de organização durante a efetivação das análises. A SDR advém do processo de divisão do todo discursivo de modo a possibilitar a análise, o que resulta em fragmentos representativos do discurso em questão. A análise das SDR permite determinar as posições-sujeito, as formações imaginárias, formações discursivas, que estão em jogo no discurso analisado, bem como compreender o funcionamento ideológico”.

Até aqui, o processo assustador de liquefação da economia permanece sem uma perspectiva de solução — mesmo que as melhores alternativas para reequilibrar as contas públicas, conter inflação, reativar investimentos e consumo sejam conhecidas. Porém, por desagradarem a PT e aliados, nada se faz. É neste ponto que as crises política e econômica se entrelaçam e interagem.

Mas os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT, e a favor de Sérgio Moro e Lava-Jato — não importa se 3,6, segundo as PMs, ou 6,9, de acordo com os organizadores —, tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país, que forçam uma definição sobre o futuro de uma presidente acuada em Palácio.

Do roteiro para a votação do pedido de impeachment de Dilma já fez parte a convenção do PMDB, no sábado, em que o partido reconduziu o vice Michel Temer à presidência e se deu uma espécie de aviso prévio de 30 dias, durante os quais não aceitará cargo no governo e definirá a independência em relação ao Planalto. Não por acaso, neste prazo deverá ficar previsível o futuro de Dilma. O partido não foge ao estilo de manter os pés em duas canoas. Mas já conversa com tucanos sobre governo de transição.

Dilma e os ministros mais próximos, noticia-se, se curvaram ao fato estrondoso da ida às ruas em protesto contra ela, seu mentor e seu partido. Tratam de reparar as avarias, por meio de mais conversas com a base parlamentar. Deve vir por aí mais fisiologismo. A ver.

O inevitável é que o calendário do impeachment está em andamento, e amanhã se prevê que o Supremo julgue os embargos de declaração (pedidos de esclarecimento) encaminhados pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDBRJ), para elucidar questões sobre o rito a seguir. Estabelecidas de vez as regras do impedimento, Cunha, de costas para o Planalto faz tempo, promete ser rápido. Continua incômoda a presença na Mesa da Casa de alguém com a ficha de Cunha, investigado pela Lava- Jato, já denunciado ao STF pela Procuradoria Geral da República, também autora de pedido à

Corte do afastamento do deputado da Mesa da Câmara. Mas, esteja ou não Cunha no cargo, o processo tramitará independentemente dele.

O PT, por sua vez, insiste no mantra do “golpe”, cada vez mais desafinado, diante das evidências de que tudo tramita sob o manto da Constituição. Inclusive na Lava-Jato. E assim precisa continuar a ser. Também é inócuo o partido maldizer a “classe média”, sempre presente em momentos políticos importantes, e não só no Brasil. Por sinal, foi ela

que deu o empurrão decisivo para que um Lula convertido à paz e ao amor chegasse afinal ao Planalto em 2003 e lá ficasse por mais um mandato.

Mas precisam os militantes e a cúpula da legenda procurar entender por que perdem apoio em regiões em que vinham sendo bem votados nestes 13 anos de poder. Pelo menos, nos dias que antecederam o domingo, demonstrações de arrogância de Dilma, ao falar sobre renúncia, e ameaças de Lula com sua “jararaca” não devem ter contribuído para os interesses do partido.

A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo

A tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma, por meio da Justiça, é admitir que o STF participaria de uma ação de cunho político contra princípios constitucionais

30/03/2016 - 16h11

Editorial O Globo

Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “golpe” ganha grande relevância. “Golpe” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações — mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara.

O partido se encalacra a cada avanço da Lava-Jato, e ontem a presidente sofreu derrota emblemática, com a formalização pelo PMDB da saída da base do governo. Deve puxar uma fila de novas defecções, porque político, em geral, não gosta de ser sócio de derrocadas.

À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato, se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como “golpe constitucional”. Ora, se é golpe, não pode ser constitucional.

PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos.

Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964. A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais. E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade recorre às devidas instâncias judiciais. Se não tem conseguido muitos êxitos é

pela solidez das provas e pelos argumentos do juiz Sérgio Moro. Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção.

Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades. Em 64 seria diferente. Acreditar no conto da carochinha do “golpe” é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto. Só numa alucinação. Vários ministros da Corte já negaram esta ideia tresloucada: seu presidente, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Celso de Mello, por exemplo. Prova irrefutável da institucionalidade do impeachment é que seu rito foi estabelecido pelo próprio STF, com base naquele seguido contra Collor, em 1992.

Em 1964, houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições. O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados — estes, sim, golpistas — que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e as evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas.

Aceite quem quiser que políticas de supostos benefícios aos pobres podem justificar a roubalheira. Não num país com instituições republicanas sólidas.

ASPEAMENTO

SDR1 (ED1): Um ‘**basta**’ das ruas a Dilma, Lula e PT

SDR2 (ED1): O PT, por sua vez, insiste no mantra do “**golpe**”, cada vez mais desafinado, diante das evidências de que tudo tramita sob o manto da Constituição.

SDR3 (ED2): A farsa do ‘**golpe**’ construída pelo lulopetismo

SDR4 (ED2): Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “**golpe**” ganha grande relevância. “**Golpe**” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações — mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara.

SDR5 (ED2): Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades. Em 64 seria diferente. Acreditar no conto da carochinha do “**golpe**” é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto.

A noção de Heterogeneidade Enunciativa, basilar para pensarmos o aspeamento, será apresentada a partir de Authier-Revuz (1999). Formulações do visível nas operações do intradiscurso são entendidas, pela autora, como mostra da heterogeneidade enunciativa. Esse conceito é pensado a partir do pressuposto de que a língua é de natureza heterogênea. Ao trabalhar tal conceito, Authier-Revuz (1999) distingue duas formas de heterogeneidade, são elas: a mostrada e a constitutiva.

A Heterogeneidade mostrada funciona por marcas linguísticas que destacam a presença de uma voz outra na materialidade do discurso, sendo ela passível de ser analisada. Por sua vez, a Heterogeneidade Constitutiva não se materializa na cadeia discursiva, em virtude disso, sua alteridade, não revelada, restringe-se ao nível do interdiscurso. Assim, vemos o aspeamento enquanto marca da heterogeneidade mostrada, a qual traz, no nível do intradiscurso, vozes filiadas a uma mesma FD ou a uma FD antagônica.

As aspas podem ser utilizadas em um texto para transferir, a outra pessoa, a responsabilidade do que é dito. Seu uso também pode marcar um distanciamento entre o autor e a palavra empregada. Ao suspender sua responsabilidade pela palavra aspeada, o autor instaura um vazio a ser preenchido pelo leitor no seu gesto de interpretação. Ainda, se estabelece um questionamento sobre a adequação dessa palavra ao contexto em que está sendo usada. No mais, o locutor, quando levado a enunciar sobre algo com o qual não se identifica, utiliza-se das aspas para resguardar-se (AUTHIER-REVUZ, 2004). Essas são algumas possibilidades interpretativas do uso das aspas, marca, cujos sentidos, não raro, passam despercebidos.

Nos editoriais do jornal *O Globo* analisados, notamos a recorrência do uso de aspeamento. Essa marca linguístico-discursiva é usada pelo jornal nas SDR e aqui nos deteremos em dessuperficializar os possíveis efeitos de sentidos oriundos dessa utilização. Vale dizer que não diferenciamos aspas simples e duplas, uma vez que o aspeamento simples nas manchetes (onde ocorrem em nosso *corpus*) é costumaz à editoração do periódico.

A SDR1, *Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT*, intitula o editorial que trata de manifestações pró-*impeachment*. Nesse contexto, observamos que o verbo *bastar* recupera uma antiga memória de insatisfação em relação ao governo de esquerda. *O Globo*, por meio dessa marca linguístico-discursiva, busca estabilizar um imaginário de povo há muito tempo discordante com seus representantes políticos no âmbito federal. Embora estejamos tratando do editorial, gênero eminentemente opinativo, percebemos uma tentativa, por parte do periódico, de outorgar aos manifestantes, acionados pela expressão *das ruas*, a posição contrária aos governantes e partido referidos no título.

O verbo em análise aparece entre aspas e, nessa ocorrência, notamos que essa sinalização funciona para o jornal transferir à população que saiu às ruas a recusa definitiva a Dilma, a Lula e ao PT. Considerando que surgiram, na época do *impeachment*, uma série de críticas à mídia como determinante na formação da opinião pública sobre a corrupção nos governos do PT, o aspeamento marca um distanciamento entre a posição do jornal e a dos manifestantes. As aspas se prestam a estabelecer uma separação entre duas FD: pró-*impeachment* e midiática. Dessa forma, o periódico nega que esteja produzindo um discurso disseminador do imaginário de corrupção no PT.

O Globo, ao significar o povo enquanto descontente com a política nacional, mostra a desidentificação entre representados e representantes, operando processos de diferenciação da nação com relação a seu antigo (Lula) e atual (Dilma) porta-voz. Conforme exposto na seção teórica, a direção da palavra, quando tratamos da figura enunciativa do porta-voz, pode ser “povo → líder” ou “líder → povo”. Durante o processo de diferenciação entre o grupo e seu porta-voz, instaura-se, no editorial em análise, um outro direcionamento da palavra, oriunda dos manifestantes, enunciadores originários, mas que não encontra o mediador. Isso ocorre porque a demanda dos manifestantes se destina não à Dilma, mas sim às instâncias jurídicas que estão avaliando o processo de *impeachment*.

Na SDR2, *O PT, por sua vez, insiste no mantra do “golpe”, cada vez mais desafinado, diante das evidências de que tudo tramita sob o manto da Constituição*, novamente, é notável que *O Globo* rejeita discursos responsabilizadores da mídia na construção de uma imagem negativa da esquerda brasileira. Afirmamos isso, porque, na SDR2, através de *O PT, por sua vez, insiste no mantra do “golpe”, o periódico atribui ao PT a nomeação do impeachment como sendo um golpe. A ilegalidade atribuída ao processo de impedimento seria um posicionamento ideológico do PT.*

Neste contexto, observamos que o emprego de aspeamento na palavra golpe funciona para o jornal transferir ao PT a definição do impedimento como sendo ilegal. Ainda, ao marcar golpe entre aspas, *O Globo* busca distanciar-se das vozes que denunciam que o *impeachment* não teria seguido princípios constitucionais. O jornal busca transferir ao PT o discurso de golpe, tal como pode ser percebido na expressão *o PT insiste no mantra do “golpe”*. Já o PT, por sua vez, confere à oposição a construção do processo de impedimento de Dilma como um *golpe*.

Na SDR2, o *golpe* vem acompanhado da palavra *mantra*, ou seja, é significado como uma expressão que, excessivamente repetida, seria capaz de modificar uma determinada situação. Nesse ponto, o periódico busca atrelar aos porta-vozes ingenuidade em pensar que a

repetição de *golpe* evitaria que o processo de diferenciação entre representantes e representados se sobrepusessem aos processos de identificação. Esse mesmo funcionamento das aspas como transferência, ao PT, do discurso sobre o *impeachment* como ilegal é recorrente nas SDR3, SDR4 e SDR5.

Na SDR3, *golpe* vem ao lado da palavra farsa que, sabidamente, é atrelada a algo irreal, mentiroso. A SDR5 traz a palavra golpe acompanhada da expressão *conto da carochinha*. Esses determinantes da palavra aspeada mantêm entre si uma relação parafrástica, por isso, analisamos conjuntamente essas SDR. Novamente, percebemos no discurso de *O Globo* a construção imaginária do PT, e de seus representantes, como porta-vozes não confiáveis, portanto, inaptos a serem os receptores das demandas do povo.

Na SDR3, importa destacar que o agente construtor da farsa do golpe é o *lulopetismo*. O sufixo grego *-ismo*, de acordo com o dicionário Houaiss, durante os séculos XIX e XX, passou a ser utilizado para designar movimentos sociais, ideológicos, a partir de nomes próprios representativos do grupo. O jornal usa a palavra “lulopetismo” para designar a ideologia partidária daqueles que se posicionam contrários ao processo de *impeachment*. Esse ato de designação, embora aparente ser um simples gesto de referência, traz uma avaliação: expressa o ponto de vista do periódico, contrário à posição ideológica *lulopetista*.

Na SDR4, *Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra “golpe” ganha grande relevância. “Golpe” é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações — mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara*, notamos *O Globo* opinando, contrariamente, aos modos como os referidos porta-vozes tentam manter-se identificados com seus representados.

O aspeamento, nesse caso, tanto indicia o afastamento do jornal em relação ao discurso pró-golpe, como põe em dúvida o sentido de *golpe*. Essa palavra, quando enunciada pelo periódico, vem sinalizada e, dessa forma, atrelada ao equívoco, na FD de esquerda. Isso fica evidente na continuidade da SDR, pois a desestabilização semântica da palavra golpe adquire mais intensidade pela explicação dada pelo jornal. Este assume uma posição de saber em relação aos sentidos da expressão, suas facilidades prosódicas e adequação à situação política vivenciada pelo país. *O Globo* expressa um discernimento acerca dos acontecimentos; sua percepção apurada contribui ainda mais para que o efeito de deslegitimação da figura enunciativa do porta-voz se instaure. Ao por em evidência as contradições dos elementos de saber que constituem a FD de esquerda, o periódico se vincula a uma FD antagonica.

Ao observarmos o *corpus*, notamos ser um dos elementos linguístico-discursivos frequentes o aspeamento. Tal reconhecimento possibilitou que estabelecêssemos nosso gesto de interpretação frente ao objetivo do trabalho. Observamos ser excessivo o uso de aspas nos editoriais e o definimos, assim, como ponto do qual partiríamos para o gesto de interpretação. Segundo Ernst-Pereira, o excesso é definido como uma

estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Consiste: 1) no uso de incisões, considerado na gramática como um *acrécimo contingente* (cf. Haroche, 1992), de intensificadores ou na repetição de palavras ou expressões e orações. Tais usos, na perspectiva aqui adotada, constituem-se em “acrécimo necessário” ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da eminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem; 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento. Em suma, trata-se, nos dois casos, de buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição. (2009, p. 04).

Partindo das reflexões de Ernst, é possível afirmar que as constantes menções à palavra golpe, de modo aspeado, são relevantes para que os editoriais tentem estabilizar os sentidos de golpe postos em circulação pela FD à qual *O Globo* se vincula.

Atentando ao reconhecimento de processos discursivos que instauram a diferenciação entre porta-vozes e representados, notamos, pois, que através do uso das aspas nos editoriais, *O Globo* busca conferir aos manifestantes pró-*impeachment* o discurso de discordância com seus representantes políticos; e ao PT e aos manifestantes contra o impedimento, a percepção de que existe um golpe.

UM EFEITO DE FECHAMENTO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), procuramos entender como a mídia, a partir da FD a qual se filia, institui processos discursivos que estabelecem a relação representantes/representados sob a lógica da diferença. Atentando ao modo como *O Globo* significa este acontecimento histórico, percebemos, em seu discurso, um tom salvacionista, uma vez que o desenlace do processo de *impeachment* é apresentado como capaz de instaurar um novo tempo na crise político-econômica pela qual estaria passando o Brasil.

Com vistas a isso, começamos o percurso analítico apresentando os princípios teóricos que embasaram nosso exercício conceitual-metodológico. Em seguida, recuperamos as condições de produção do discurso em análise, discorrendo sobre como o midiático atua sobre o político, assim como versamos sobre o gênero editorial e o jornal *O Globo*. A partir de conjecturas teóricas, em contraponto com as condições de produção, apresentamos nosso *corpus*, dois editoriais publicados no jornal *O Globo*, referentes às manifestações pró e contra o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff.

Visto isso, foi-nos necessário operar um recorte no *corpus* discursivo. Seleccionamos cinco SDR representativas sobre as quais nos dedicamos a desuperficializar os possíveis sentidos mobilizados pelo aspeamento em diferentes sintagmas.

Analisando os editoriais, *Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT* e *A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo*, notamos que o jornal busca instaurar uma mudança na identidade coletiva dos manifestantes. *O Globo* nega a função política da mediação do porta-voz ao pôr em evidência que, no período de governos de esquerda, se tem, de acordo com o periódico, uma ilusão de mediação representativa. Nos editoriais, rompe-se com a ideia de governo popular, ao ser instaurada uma redefinição da memória política: a renovação, atrelada a governos de esquerda, se desfaz no discurso do jornal, pois o PT representaria a continuidade da corrupção, dos interesses econômicos acima dos interesses sociais.

Também, notamos que a função de ator do porta-voz no acontecimento histórico sobrepõe-se à de testemunha, através de um processo discursivo instaurado pela mídia, que reafirma constantemente a corrupção exercida pelo porta-voz. A dita constante corrupção do PT seria uma das causas das manifestações pró-*impeachment*, o que, por sua vez, demarca um processo de diferenciação dos manifestantes em relação a seus representantes, que funciona a partir do emprego do aspeamento em *'basta'*, por exemplo.

Vemos, assim, que o discurso jornalístico midiático desempenha um importante papel na instauração de sentidos às manifestações. A partir do exposto acima, percebemos, ainda

como os princípios da AD de tradição pecheuxtiana colaboram para o entendimento de que, como afirma Orlandi, “os meios’ não são nunca neutros” (2001, p. 11-12).

A materialidade linguística em análise nos permitiria atentar a outras marcas linguístico-discursivas, como à designação dada aos porta-vozes, aos quantificadores das manifestações e ao uso de conjunções adversativas. De modo a elaborarmos uma análise coesa, precisamos, devido ao nosso tempo e espaço, operar um recorte na materialidade em análise. O gesto de atender às demais marcas linguístico-discursivas acima apresentadas descortina futuras possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- A FARSA DO 'Golpe' construída pelo lulopetismo. **O Globo**. Rio de Janeiro: Grupo Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/a-farsa-do-golpe-construida-pelo-lulopetismo-18978718>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- ARAÚJO, N. M. Caloi para crianças: análise discursiva de propagandas infantis. In: SILVA, R. S. da. et al (Orgs.). **Discurso, Mídia e Escola**: da pesquisa às práticas de leitura e interpretação na educação básica. São Leopoldo: Todas as Musas, 2017, p. 16-27, no prelo.
- AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e Divulgação científica. **RUA-NUDECRI**. Campinas, nº.5, p. 9-15, março, 1999.
- CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião Pública**. São Paulo: Contexto, 2016.
- ERNST-PEREIRA, A. A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo. Trabalho apresentado no **VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. Porto Alegre: 2009. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPeira.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.
- FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v.24, n.48, p.17-34, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>>. Acesso em: 02 jan. 2016.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v.4, n. 11, p.11-25, nov. 2007. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105/106>> Acesso em: 22 dez. 2016.
- MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: editora da UNICAMP, 2009.
- UM 'BASTA' das ruas a Dilma, Lula e PT. **O Globo**. Rio de Janeiro: Grupo Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/um-basta-das-ruas-dilma-lula-pt-18875454>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas: editora da INICAMP, 1997.